



COMUNIDADE NEGRA DE CAMARÁ: DAS DEMANDAS SOCIAIS ÀS PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Ana Cristina Silva Daxenberger; UFPB; ana.daxenberger@gmail.com

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho; UFPB, rosivaldo.cca@gmail.com

Introdução

Trabalhar com comunidades afrobrasileiras nos remete a pelo menos a duas situações de debate: a primeira, de políticas de inclusão social que podem favorecer a superação das desigualdades raciais e, a segunda, na perspectiva educacional, que ultrapassa as questões de acesso, mas de valores e reconstrução da prática educativa enquanto uma construção social-histórica. Ao longo da história da educação brasileira, a população afrobrasileira esteve a margem da escolarização, o que automaticamente, os deixavam em desvantagens sociais quanto ao acesso aos demais segmentos sociais.

Como sabemos a educação não é o único meio pelo qual as pessoas têm acesso à melhoria de condições de vida, mas sem ela torna-se inevitável a exclusão social no campo do trabalho, na produção de renda e conseqüentemente a condição de submissão às questões políticas, por não terem, as pessoas a possibilidade de uma formação mais crítica sobre a realidade a seu retorno (FREIRE, 1979).

Atualmente o direito da população negra ao reconhecimento de sua identidade e a valorização de sua contribuição ao país está previstos na legislação brasileira, como: a Constituição Federal de 1998; o artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT); o Decreto nº 4.887/03; e, a Lei 10.639/03. Todavia, a legislação só torna-se materializada por meio de ações afirmativas que permitam as estas pessoas os seus direitos. Considerando estes aspectos legais e o princípio da inclusão social, que promulga o direito de igualdade de todas as pessoas, em busca de uma sociedade inclusiva que possa se adaptar para melhor atender todos os seus membros (SASSAKI, 2001; Resolução ONU 45/93; CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) é que se constituiu o presente trabalho de pesquisa-ação.



Ele nasce partir de uma atividade de extensão universitária, com o princípio de formação educacional para os membros da Comunidade Negra de Camará, localizada na cidade de Remígio, estado da Paraíba, financiada pelo SISU/MEC, Proext. (programa de extensão universitária) e CNPq, edital 58/2010.

O referido programa, sob o título “Do Reconhecimento da diferença à superação da indiferença: programa de inclusão social e promoção da sustentabilidade no município de Areia” teve por objetivo geral implantar processo de transição agroecológica, levando em conta o bem estar social e cultural, além de identificar novas demandas e contribuir para o processo de aprimoramento e participação nas políticas públicas por meio de formação continuada dos membros da comunidade, tornando-se assim um trabalho de cunho educativo.

Metodologia

Visando o alcance dos objetivos propostos, utilizou-se de metodologias participativas com destaque para experimentação participativa: a pesquisa-ação (THIOLLENTT, 1985). Segundo Thiollent (1985), o uso da metodologia participativa permite a capacitação dos atores sociais no sentido da construção do seu projeto e da implementação das ações pensadas conjuntamente com as pessoas formadoras, que podem contribuir na construção de novos saberes. Portanto, reconhecemos no saber local como ponto de partida para formação continuada de adultos. Sendo assim, utilizou-se do DRP - Diagnóstico Rápido Participativo que se constitui em um conjunto de técnicas que permite que a comunidade faça seu próprio diagnóstico das condições econômicas, sociais e ambientais num determinado momento e que auxilie no planejamento de ações futuras na busca de melhorias da própria condição de vida (VERDEJO, 2006). O DRP foi efetivado por meio de um questionário semiestruturado, e participaram da pesquisa 17 famílias.

Os dados serviram para planejamento e concepção de hipóteses para pesquisa-ação, com objetivo de potencializar a produção já existente conforme ideais agroecológicos de forma que os moradores pudessem se tornar protagonistas das ações realizadas para desenvolvimento social, cultural e econômico.

Além do auxílio técnico para a produção de alimentos foram realizadas ações afirmativas, oriundas das necessidades da comunidade. São elas: análise e



manejo de água; manejo e cuidados de animais; produção e renda por meio de oficinas de produção de sabão/produtos de higienização e artesanato; uso da roçadeira e enxertia; uso de composto orgânico; análise de solos; plantação de horta. Todas estas ações se deram por meio de oficinas ou cursos de formação durante 8 meses.

Resultados e discussão de dados

Quando sugerimos no título do programa de extensão “reconhecimento da diferença e a superação da indiferença”, nos fundamentamos na defesa de uma sociedade multicultural que reconheça as diferenças, mas que se oriente pela garantia da igualdade de direitos. Assim sendo, concordamos com Candau (2007):

[...] A igualdade que queremos construir, assume a promoção dos direitos básicos de todas as pessoas. No entanto, esses todos não são padronizados, não são os “mesmos”. Têm que ter suas diferenças reconhecidas como elementos da construção da igualdade. [...] Hoje não se pode mais pensar na afirmação dos Direitos Humanos a partir de uma concepção de igualdade que não incorpore o tema do reconhecimento das diferenças, o que supõe lutar contra todas as formas de preconceito e discriminação (p. 400).

A luta por direitos civis pelas comunidades negras é uma das marcas dos movimentos sociais brasileiros, fortemente arraigados na luta pela terra, que data desde o período colonial brasileiro, sendo a formação de Palmares o exemplo mais expressivo desta luta. No entanto, apenas em novembro de 2003, com a publicação do decreto nº 4.887, foi elaborado o conceito de quilombo capaz de dar conta da diversidade das condições em que vivem os descendentes dos escravos brasileiros.

A formação histórica da comunidade Camará está relacionada com a história da produção de açúcar, no Brejo Paraibano, que traz heranças do período escravagista da região. Todavia, os membros da comunidade são proprietários de suas terras. Minifúndios, na sua maioria menor que cinco hectares adquiridos por herança. No entanto, durante as entrevistas, ficou evidente que as pessoas pesquisadas não dão muita atenção ao processo histórico de formação da comunidade. A Associação da Comunidade Negra de Camará, ACONCA é recente, foi formada a partir da associação de Caiana, localizada próxima ao Sítio Camará devido a insatisfação com a gestão da comunidade anterior. Ela foi fundada em



2008 com a finalidade de organizar os agricultores familiares, facilitar os trabalhos realizados na comunidade e na aquisição de empréstimos, resgatar a cultura local, fortalecer o processo de produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar, permitir melhor acesso às informações e às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Constatou-se que a maioria das famílias possui apenas o ensino fundamental incompleto. Entre os adultos, 10 (cerca de 18% da população), não foram alfabetizadas. Entre jovens e adultos, 39 (70%) possui Ensino Fundamental incompleto e 5% estão com o ensino médio completo. Nesta comunidade, apenas 4% estão cursando o ensino médio e superior. Os dados nos permite afirmar que a população da Comunidade Negra de Camará tem baixa escolaridade.

Em relação às atividades agrícolas, a maioria das pessoas entrevistadas se dedica às atividades agrícolas, apenas 11% dos entrevistados não trabalham na agricultura. Os idosos que também não se envolvem mais com agricultura, representam 3% dos entrevistados. A maioria das famílias entrevistadas participa de sindicato e associação. Existe a prática de trabalhos coletivos (mutirões) e de grupo mulheres. Das 17 famílias entrevistadas, 11 recebem verba do Programa Federal de eliminação da pobreza: o Bolsa Família; 06 família não tem acesso a nenhum programa de distribuição de renda do Governo Federal.

As atividades agropecuárias da Comunidade são a base de sustentação econômica dos Agricultores Familiares. Segundo o Presidente da Associação, diante da insegurança porque passa a zona rural muitos agricultores, deixaram de criar animais porque estavam sendo roubados. Em consequência disso preferiram investir no plantio de laranja, e essa atividade, é uma das principais fontes de renda das famílias que produz em torno de 40 toneladas por ano. Quanto ao uso de agrotóxico, 5 famílias disseram já ter utilizado. O uso de esterco é utilizado pela maioria dos agricultores da comunidade, que adquirem de fora da Comunidade. Com relação à Assistência Técnica e Extensão Rural, das 17 famílias entrevistadas, 14 disseram não ter este tipo de serviço.

Quanto ao manejo dos recursos hídricos, constatamos que a água para consumo humano em 47% das famílias provém de cisternas de placas. Na comunidade existem outras fontes de água comunitárias como olho d'água,



cacimbas e barreiros, mas o manejo dessas fontes é precário. Entre os tratamentos d'água adotados, 88% usam cloro, outros fervem, coam ou filtram a água de beber. A maioria das famílias (94%) jamais teve alguma capacitação, para conservação das fontes de água na Comunidade, mas não as usa adequadamente.

Conclusões

As ações desenvolvidas não dão conta de resolver os problemas históricos de exclusão social sofrido pela população afrobrasileira, no entanto, possibilitou trazer essa discussão para a Comunidade Negra de Camará, a Comunidade acadêmica e possibilitou aos graduandos de Agronomia; Ciências Biológicas, e Medicina Veterinária interagissem com a comunidade, por meio de processo de aprendizagem as práticas que possibilitam uma formação acadêmica diferenciada de profissionais comprometidos com a superação da desigualdade e da exclusão social. Trabalhar na perspectiva de inclusão social, nos remete uma reflexão de caráter educativo, o qual deve estar presente frente nos debates de superação das desigualdades étnico-raciais e exige um esforço político-social. Não há como afirmar que as ações de formação continuada modificaram a dinâmica da população trabalhada, mas possibilitou uma discussão sobre o acesso ao conhecimento.

Referências

- BRASIL. **Constituição Federal**. Senado Brasileiro: Brasília, 1988.
- _____. **Lei 4.887**. Senado Brasileiro. Brasília. 2003.
- _____. **Lei 10.639**. Senado Federal: Brasília, 2003.
- CANDAU, V. M. **Educação em direitos humanos**: desafios atuais. In. SILVEIRA, R. M. G. et al. Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**, São Paulo: WVA, 2001.
- THIOLLENT, *Michel*, **Metodologia da pesquisa-ação**, São Paulo, Cortez, 1985.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático/DRP**. Brasília: MDA/secretaria da agricultura familiar, 2006.